



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Necessidade da contratação

A contratação de serviços de vigilância ostensiva se faz necessária para proteger o patrimônio móvel e imóvel do TRESC, garantindo um ambiente de trabalho seguro e preservando a incolumidade física dos servidores, colaboradores, autoridades e do público que fazem uso daquelas dependências.

2. Alinhamento da contratação

2.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I - Ordinário

Item 20 – Vigilância Ostensiva

2.2. Plano de Logística Sustentável

Trata-se de contratação de serviços de vigilância ostensiva para os prédios Sede, Anexo I, prédio que abriga os cartórios eleitorais da capital e a Escola Judiciária Eleitoral, Depósito Multiuso que abriga a Seção de Administração de Urnas, o Depósito de Móveis, vinculado à Seção de Administração de Equipamentos e Móveis e o Almoxarifado, que faz parte da Seção de Almoxarifado e Patrimônio e os Cartórios Eleitorais de São José e Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com característica predominantemente humana e emprego mínimo de materiais. Dessa forma, inexistente conflito com o objeto com o Plano de Logística Sustentável do TRESC.

2.3. Outros instrumentos

Atualmente a Justiça Eleitoral de Santa Catarina conta com apenas 4 (quatro) Agentes de Segurança lotados na Seção de Segurança e Transportes e, desta forma, não cobrem todas as áreas necessárias para atender as demandas de segurança. Assim, faz-se necessária a contratação de serviço de vigilância ostensiva para suportar a demanda, com o objetivo de cumprir o disposto na Resolução CNJ n. 435 de 28/10/2021, sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário.

3. Requisitos da contratação

Considerando que se trata de atividade de suporte/apoio, entende-se que os requisitos funcionais são as atividades relacionadas aos serviços necessários para executar as atividades, compreendendo: o controle de acesso das pessoas, controle de saída e entrada de bens e pessoas na realização de serviços, controle do acesso para utilização do estacionamento.

Na execução dos serviços deve haver disciplina, presteza, cordialidade, assiduidade, pontualidade e, principalmente, qualidade na realização de cada atividade.

A contratação deverá observar o cumprimento das exigências legais no que se refere às normas trabalhistas, previdenciárias e do fundo de garantia e ter a contratada autorização de funcionamento expedida pelo Ministério da Justiça, para atuação no Estado de Santa Catarina, na forma da Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983, e Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal, conforme Portaria 3233, de 10 de dezembro de 2012, o qual passou a ser expedido juntamente com a Autorização de funcionamento ou de Revisão, dentro do prazo de validade.

4. Levantamento de mercado

4.1. Análise das alternativas possíveis



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4.1.1. Soluções disponíveis no mercado

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância presencial, não armada.

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância presencial, armada.

4.1.2. Contratações públicas similares

Produto/Serviço 01	Vigilância presencial não armada
Instituição Pública	Tribunal Regional Eleitoral de SC – Cartórios Eleitorais de Joinville
Fornecedor	MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTD
Descrição	Prestação de serviços de vigilância presencial não armada para 1 (um) posto diurno de 8 (oito) horas diárias de segunda à sexta-feira.
Valor Estimado	R\$ 5.560,35 mensais
Observações	CT n. 014/2023

Produto/Serviço 02	Vigilância presencia não armada
Instituição Pública	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Fornecedor	ERVIG SEGURANÇA PRIVADA EIRELI
Descrição	Prestação de serviços de vigilância presencial, desarmada, para a sede do TRESC, Anexo I, Prédio do TCU, Cartórios de São José/Arquivo e Depósito Multiuso.
Valor Estimado	R\$ 98.394,27 mensais
Observações	CT n. 101/2018

4.2. Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

A execução dos serviços especializados e continuados de vigilância ostensiva por meio de contratação de serviços terceirizados revela-se suficiente para o atendimento das necessidades da Justiça Eleitoral. Esse modelo de contratação garante, entre outros aspectos, a eficiência, a eficácia e a economicidade na prestação dos serviços.

A contratação de serviços de segurança é necessária para proteger todo o patrimônio móvel e imóvel do TRESC, garantindo um ambiente de trabalho seguro e preservando a incolumidade física dos servidores, colaboradores, autoridades e do público que se utilizam daquelas dependências.

No prédio sede e seu anexo, os serviços de vigilância presencial, não armada, foram considerados, em função de, no prédio sede estar localizada a sala de sessões do TRESC, onde são realizados os julgamentos dos processos eleitorais, sendo necessário um controle maior de entrada de pessoas. Neste mesmo prédio, bem como no prédio localizado na Rua São Francisco (prédio da Escola Judiciária Eleitoral e Cartórios Eleitorais da Capital) há outras unidades que realizam atendimento externo, os quais demandam um controle rígido de acesso de pessoas.

O Depósito Multiuso, localizado na cidade de Palhoça, grande Florianópolis, abriga a Seção de Administração de Urnas, o Depósito de Móveis, vinculado à Seção de Administração de Equipamentos e Móveis e o Almoxarifado, que faz parte da Seção de Almoxarifado e Patrimônio do TRESC e requerem vigilância 24h pela grande quantidade de bens e, principalmente, por ser o local de guarda das urnas eletrônicas do TRESC.

Nos prédios sede e anexo I também há a necessidade de se promover a segurança com vigilância 24 horas com relação ao patrimônio público, visto que o prédio sede conta com 11 andares, com grande quantidade de bens, além de abrigar o CPD do TRESC.

No anexo I, funcionam unidades administrativas do TRESC que, de igual forma, contam com grande fluxo de pessoas e prestadores de serviços, que requerem maior intervenção diária.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Há de se ressaltar que no prédio sede, anexo I, Depósito Multiuso e prédio da Escola Judiciária Eleitoral e dos Cartórios Eleitorais da Capital, se conta também com o sistema de monitoramento de imagens, mas tal fato não exclui a necessidade da manutenção de vigilância presencial. Essas duas formas de medida de segurança não são concorrentes, mas sim utilizadas de maneira conjunta.

Com relação aos Cartórios de São José, a vigilância presencial deriva de, nesse mesmo local, estar localizado o arquivo do Tribunal. Assim, a medida protetiva adotada acabou por beneficiar também as zonas eleitorais de São José, mas registra-se que o principal motivo é a guarda permanente dos documentos que integram o arquivo do TRESC.

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina não possui efetivo de servidores da Especialidade Segurança, em número suficiente para atender a todos esses locais, o que torna necessária a contratação dos serviços de vigilância presencial, mantendo-se o modelo atualmente adotado.

Esclarece-se, por fim, que o presente estudo trata dos serviços de vigilância presencial, não armada, no prédio sede, anexo I, prédio da Escola Judiciária Eleitoral e dos Cartórios Eleitorais da Capital, Depósito Multiuso e Cartórios Eleitorais de São José/Arquivo do TRESC.

5. Descrição da solução

Contratação de serviços de vigilância presencial, não armada, para a sede do TRESC, anexo I, prédio da Escola Judiciária Eleitoral e dos Cartórios Eleitorais da Capital, Depósito Multiuso e Cartórios de São José/Arquivo do Tribunal.

6. Estimativas de quantidades

As quantidades seguem a do contrato atual, com vigência até 31/08/2023, dado o retorno positivo verificado na sua execução:

Prédio Sede: 1 posto de 12h diurno; 1 posto de 12h noturno.

Anexo I: 1 posto de 12h noturno.

Cartórios de São José/Arquivo do TRESC: 1 posto de 12h diurno e 1 posto de 12h noturno.

Depósito Multiuso do TRESC: 1 posto de 12h diurno e 1 posto de 12h noturno.

Prédio da Escola Judiciária Eleitoral e Cartórios Eleitorais da Capital: 1 posto de 12h diurno e 1 posto de 12h noturno.

A escolha de postos de 12h se deve pela possibilidade de supressão/acrécimo de posto quando necessário.

7. Vigência da contratação

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 31.8.2024, prorrogável até o limite decenal, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

8. Estimativa do valor da contratação

O valor orçado no Plano Anual de Contratações para o item relativo à vigilância ostensiva é de R\$ 1.298.804,36 e com base no atual contrato, 101/2018, o valor estimado para a contratação do objeto deste estudo é aproximadamente R\$ 98.394,27 (noventa e oito mil, trezentos e noventa e quatro reais e vinte e sete centavos) mensais.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

Devido à integração entre as unidades físicas e à possibilidade de remanejamento de postos entre elas, considera-se que o objeto deverá ser adjudicado globalmente, sem possibilidade de parcelamento do objeto.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos

Os serviços visam garantir a segurança, com proteção de todo o patrimônio móvel e imóvel, garantindo um ambiente de trabalho seguro e preservando a incolumidade física dos servidores, colaboradores, autoridades e do público que se utilizam daquelas dependências.

11. Providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Para a presente contratação não haverá a necessidade de providências prévias a serem adotadas, tampouco capacitação dos servidores para fiscalização e gestão contratual.

12. Contratações correlatas e/ou interdependentes

No momento não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

Não se aplica a esta contratação.

14. Análise de riscos

Conforme planilha anexa.

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação

Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento considera a contratação viável, visto que há necessidade da contratação e há no mercado soluções que atendam à demanda das coberturas pretendidas.

PLANILHA PARA GESTÃO DE RISCOS

ETAPA: Escopo, contexto e critérios													
Instituição	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA												
Unidade	Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços												
Escopo:	Identificar os riscos que garantam o adequado funcionamento dos serviços especializados de vigilância presencial não armada do TRESC.												
Objetivo:	Avaliar, tratar e monitorar os serviços de vigilância presencial não armada do TRESC.												
Contexto Interno:	Forças:	boa qualificação dos vigilantes do quadro	Fraquezas:	horistas substitutos com pouco tempo de treinamento no ambiente do Tribunal									
Contexto Externo:	Oportunidades:	segurança patrimonial e de pessoas	Ameaças:	falta de funcionários e treinamento insuficiente									
Critérios de riscos:	Utilizando critérios do Plano de Gestão de Riscos aprovado pela Portaria da Presidência n. 45/2021												
ETAPA: Processo de avaliação de riscos													
Identificação de riscos					Análise de riscos							Avaliação de riscos	
ID	CATEGORIA	TIPO	FONTES DE RISCO	Descrição	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco Inerente (NRI)	Controles internos existentes	Eficácia do Controle	Nível de Risco Residual	Limite de Exposição	Decisão do Gestor de Riscos	Validação superior
<Informar a identificação>	<Selecionar categoria>	<Selecionar tipo>	<Informar a fonte principal do evento do risco>	Descrever o risco em acordo com a sintaxe: Devido a <CAUSA - Vulnerabilidade associada a fonte de risco>, poderá ocorrer <EVENTO DE RISCO>, o que poderá levar a <CONSEQUÊNCIA> impactando no/na <DIMENSÃO DE OBJETIVO (Custo/ Prazo/ Escopo/Qualidade)>	<Selecionar a probabilidade>	<Selecionar o impacto>	<Resultado da probabilidade x impacto>	<informar os controles internos eventualmente existentes. Ex.: CH01.01 Índice de satisfação>	<Selecionar a Eficácia do controle>	<Resultado do cálculo do risco residual >	<Limite de Exposição a riscos aprovado pela Portaria P n. 45/2021>	<Selecionar opção escolhida pelo gestor>	<Selecionar a opção apropriada>
R#001	Operacional	Infraestrutura e segurança	Eventos externos	Falta de funcionário, sem reposição pela empresa, prejudicando a segurança no Tribunal	Baixa	Alto	RM - Risco Médio	Fiscalização e acompanhamento diário dos gestores do contrato de cada localidade; estabelecimento de cláusula de reposição obrigatória.	Forte	RB - Risco Baixo	Aceitável	Manter e monitorar os controles existentes	Aprovado
R#002	Operacional	Infraestrutura e segurança	Eventos externos	Falta de treinamento pela empresa aos funcionários suplentes	Baixa	Médio	RM - Risco Médio	Fiscalização e acompanhamento pelos gestores do contrato, reportando as falhas verificadas ao fiscal da empresa para providências cabíveis.	Satisfatório	RB - Risco Baixo	Aceitável	Manter e monitorar os controles existentes	Aprovado